

CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA GERENCIAL PARA A ATIVIDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO*

Elza Hofer¹
Salette Polonia Borilli²
Rejane Bertinatto Philippsen³

RESUMO

O estudo visa demonstrar a importância da Contabilidade Rural para o pequeno, médio e grande produtor rural, vista como uma ferramenta gerencial, que permite, por meio da informação contábil, o planejamento e o controle orçamentário para a tomada de decisões, informações estas indispensáveis para o planejamento e a diversificação de culturas e a modernização do setor. Trata-se de estudo de caso realizado com produtores rurais em um município, localizado no Estado do Paraná. Constatou-se que a contabilidade rural ainda é uma ferramenta administrativa, pouco utilizada pelos produtores rurais pesquisados, que, quando a utilizam, ela destina-se, praticamente para fins tributários apenas. A pesquisa demonstrou o desconhecimento e o pouco interesse dos produtores rurais em utilizar a contabilidade gerencial como ferramenta para auxiliar na tomada de decisões. Os proprietários de escritórios de contabilidade demonstraram interesse em elaborar a contabilidade Rural, porém, constatou-se, também, a falta de qualificação profissional para executá-la. A pesquisa evidencia, ainda, que os agricultores, além de apresentarem resistência ao uso da contabilidade, demonstram preocupação com o fisco e, infelizmente, falta de confiança nos profissionais que atuam na elaboração da contabilidade.

Palavras-chave: contabilidade rural, ferramenta gerencial, atividade rural

ABSTRACT

This study aims to show the importance of Rural Accountancy for the small, medium and big rural producers, as a management tool that allows, through the accountancy information, the planning and budget control for the decision making; information that are indispensable for the planning and crops diversity and for the sector modernizing. It's about a case study done with rural producers in a municipality placed in the East

region of Paraná. It has been realized that the rural accountancy is still an administrative tool, less used by the researched rural producers, that when use it, apply it only to tributary purpose. The research has showed the lack of knowledge and low interest by the rural producers in using management accountancy as a tool to help on decision making. The accountancy offices owners have showed interest in creating Rural accountancy, but it has also been noted, the lack of professional qualification to execute it. The research also points out the agricultures, beyond showing resistance to the accountancy usage, they have showed worriment with the fisco and, unfortunately, the lack of trust on the professionals that work on the accountancy creation.

Keywords: *accountancy, management tool, rural activity.*

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico e as mudanças provocadas pela economia globalizada também afetaram a agricultura, exigindo qualificação dos gestores e fazendo com que a agricultura se tornasse mais competitiva, aumentando a produtividade e reduzindo os custos. Dessa forma, gera-se uma renda maior e criam-se novos empregos, fornecendo a base para implantação de indústrias. Assim, torna-se de suma importância a necessidade de profissionais qualificados para operarem nas atividades rurais, tanto na própria produção quanto na área administrativa, visando buscar um controle econômico-financeiro mais adequado.

Nesse contexto, a contabilidade pode desempenhar um importante papel como ferramenta gerencial, por meio de informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a

*Artigo apresentado no 30º Encontro da ANPAD - Salvador / BA - Brasil - Setembro/2006.

¹ Professora e Pesquisadora da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR

² Professora e pesquisadora da UNIPAR – Campus de Toledo – PR

³ Aluna da Pós-graduação – UNIPAR – Campus de Toledo - PR

evolução do setor, principalmente no que concerne aos objetivos e atribuições da administração financeira, no controle de custos, na diversificação de culturas e na comparação de resultados. Considerando a visão de Martins (2003) sob o enfoque gerencial, a contabilidade de custos tem duas funções: o auxílio ao controle e a ajuda nas tomadas de decisões.

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos na área rural, com enfoque no uso da contabilidade rural como ferramenta para suprir as necessidades de planejar, orçar, organizar e orientar a gestão do patrimônio familiar. A questão-chave que se busca responder é a seguinte: a contabilidade gerencial pode subsidiar os empresários rurais com informações que possibilitem a melhoria da gestão na atividade, otimizando os resultados que objetivam o crescimento do patrimônio?

Além desta introdução, a pesquisa apresenta mais quatro tópicos, sendo que o segundo tópico se atém ao referencial teórico que deu suporte ao estudo. No terceiro tópico, descreve-se a metodologia utilizada para desenvolver o trabalho. No quarto tópico, discutem-se os resultados com base nos dados coletados e, por último, tem-se a conclusão da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ATIVIDADE RURAL

Na atividade rural, os termos e as expressões “produtor rural” variam de região para região. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (2003, p. 21) define: produtor rural como “a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, a atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou prepostos”.

Empresário Rural, segundo o artigo 966 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no novo Código Civil (NCC), Brasil (2002), “exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou serviços”. Essa atividade de produção, realizada de forma profissional, com a finalidade de gerar riqueza, reconheceu o trabalho do produtor rural como o de

criação de bens e serviços.

De acordo com Ferreira (2000, p. 520), o patrimônio pode ser definido como “herança paterna, bens de família, riqueza, os bens, materiais ou não, duma pessoa ou empresa”. Hermann Junior (1996, p. 490) afirma que “o patrimônio é uma grandeza real, cuja constituição íntima deve ser conhecida e que se transforma e evolui sob o influxo da atividade humana”. Entende-se, que o patrimônio representa as riquezas (bens, valores, direitos e obrigações), colocadas à disposição dos empresários com a finalidade de obter resultados econômicos e financeiros. Para Calderelli (2003 p. 616), o patrimônio ocorre “quando a riqueza inerte se transforma em riqueza operante, pela ação do homem sobre a matéria. Predomina na administração, o conjunto de bens econômicos e a ação do homem, com o intuito de aumentar a riqueza administrada”.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Brasil (1970) define pequeno produtor como “aquele que detém de 01 a 71,9 hectares, médio produtor de 72 a 269,9 hectares e grande produtor é aquele que possui acima de 270 hectares”, O referido instituto considera, também, que um módulo de terra é igual a 18 hectares. Um hectare de terra equivale a 10.000 m² (dez mil metros quadrados).

Conforme Valle (1987), a atividade agrícola continua sendo exercida, em grande parte, por famílias que atuam no processo produtivo e no de consumo, constituindo uma entidade de caráter autosuficiente. Porém, com o passar dos tempos, em razão da divisão do trabalho e do desenvolvimento do comércio, deu-se a dissociação entre o processo produtivo e o de consumo, quando o agricultor deixou de se limitar a produzir para sua subsistência e o de sua família, mas, em especial, para a venda no mercado consumidor.

As atividades rurais podem ser exercidas de várias formas, desde o cultivo para a própria sobrevivência até em grandes empresas que exploram os setores agrícolas, pecuários, e agroindustriais. Segundo Marion (2002, p. 22), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. A agricultura representa toda a atividade de exploração da terra, seja esta agrícola (vegetal), zootécnica (animais) ou agroindustrial (beneficiamento dos produtos).

Crepaldi (2005) salienta que o agricultor vem diminuindo o número de atividades em seu estabelecimento rural, dedicando-se apenas a uma ou duas delas, especializando-se para melhorar a qualidade de seus produtos, visando um mercado pelo qual recebe um melhor preço.

Por outro lado, Grossi, Souza e Silva *in* Cunha, Shikida e Rocha Junior (2002) apresentam uma nova configuração do meio rural brasileiro, denominado-o como “Novo Rural” e o dividindo em três grupos: a agropecuária moderna (*commodities*), atividades não-agrícolas (moradia, lazer, serviços) e novas atividades agropecuárias (localizadas em nichos de mercado), integrando um conjunto de atividades de renda, como urbanização do meio rural, turismo, lazer e prestação de serviços, aluguel de máquinas, pesque-pague, etc. Essa combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas é conhecida por pluriatividade, criada como objeto de valorização dos capitais. A diferença é que, anteriormente, essas atividades estavam ligadas ao estabelecimento agropecuário, no sentido mais econômico, enquanto a pluriatividade vincula-se às famílias, com uma unidade social e demográfica.

2.2 GESTÃO DA ATIVIDADE

Para um gestor rural, o conhecimento técnico, a sensibilidade e a competência para o diagnóstico da empresa, determinam grande parte do seu sucesso na agropecuária. Devido às múltiplas atividades e o volume financeiro das operações, ele se constitui, na realidade como uma empresa, apesar de nem sempre estar estruturado e denominado dessa forma. Conforme Valle (1987), as operações de gestão agrária são consideradas sob um tríplice aspecto: o técnico, o econômico e o financeiro.

Sob o aspecto técnico, estudam-se a possibilidade de determinada cultura vegetal ou criação de gado na área rural, no que concerne à escolha das sementes, dos implementos a serem usados, tipos de alimentação do gado, rotação de culturas, espécies de fertilizantes e o sistema de trabalho, etc. No aspecto econômico, estudam-se várias operações a executar quanto ao seu custo e aos seus resultados, isto é, o custo de cada produção e sua recuperação através dos quais se obtém o lucro. Considera-se o aspecto financeiro quando se estudam as possibilidades de obtenção de recursos monetários necessários e a sua forma

de aplicação, ou seja, o movimento de entradas e saídas de numerários, de modo a manter o equilíbrio financeiro do negócio.

Para Crepaldi (2005), o gestor deve estar sempre atento às tarefas de planejar, organizar, dirigir seus subalternos diretos e exercer o controle administrativo, além de apresentar planos e orçamentos que permitam acompanhar o andamento da atividade.

O planejamento e a elaboração de programações anuais, mantidas e aprimoradas constantemente, servem de base ao orçamento, elemento fundamental à administração da atividade, auxiliando na previsão das necessidades, na geração de recursos e no controle do andamento, quando o gestor pode comparar o real com o orçado. Para Nepomuceno (2004, p. 91), “o orçamento é uma ferramenta de aperfeiçoamento da administração na atividade rural, que permite trabalhar com os olhos voltados para o que vai acontecer”.

Da mesma maneira, deve haver uma definição quanto à estrutura organizacional, com um controle de produção e designação das funções e responsabilidades sobre as atividades. Dessa forma, é possível avaliar os resultados obtidos, qual o verdadeiro custo de produção e onde estes se encontram sob a responsabilidade direta dos administradores.

2.3 CONTABILIDADE RURAL: SUA FINALIDADE E SEUS ASPECTOS

No momento em que se avalia a importância da contabilidade rural, ao gerar informações para a tomada de decisões, a empresa, tencionando ser bem sucedida, deve se encontrar subordinada a uma administração eficiente, requerendo conhecimento do seu negócio, do capital, da especialização e da modernização da agropecuária. Para Procópio *in* Marion (1996, p. 19), “administrar uma atividade agropecuária requer ampla abrangência de informações em termos de desempenho físico e financeiro”.

Segundo Calderelli (2003, p. 180), a Contabilidade Rural é “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária”.

Marion (2002) menciona que, na atividade agrícola, um aspecto importante é o ano agrícola x exercício social. Nessa atividade, porém, a receita concentra-se, normalmente, durante ou logo após a colheita, ao contrário de outras atividades em que se distribui ao longo dos 12 meses. Se o ano agrícola terminar em março, o exercício social poderá ser encerrado em 31/03 ou 30/04 e assim sucessivamente. Dessa forma, evita-se a cultura em formação, por ocasião da apuração do resultado.

Para Crepaldi (2005), uma das ferramentas pouco utilizadas pelos produtores é, sem dúvida, a Contabilidade Rural, vista por eles como uma técnica complexa, com baixo retorno na prática, além de ser utilizada apenas para Declaração do Imposto de Renda, o que não demonstra interesse na aplicação gerencial. Vale ressaltar que aquilo que tem contribuído para esse quadro é a deficiência nos sistemas contábeis, responsáveis em retratar as características da atividade agropecuária, considerando, também, a falta de profissionais capacitados na transmissão de tecnologias administrativas aos produtores rurais, além da não-inclusão da Contabilidade Rural como instrumento de políticas governamentais agrícolas ou fiscais.

Marion (2002) afirma que a contabilidade rural aplicada ao seu ambiente vincula-se às normas e conceitos contábeis. As pessoas físicas, tidas como grandes produtores, são equiparados a pessoas jurídicas, devendo estas manter a escrituração regular, por intermédio de um profissional contábil, utilizando o método das partidas dobradas. Logo, os pequenos e médios produtores rurais estão dispensados, para fins de Imposto de Renda da adoção da Contabilidade Rural, uma vez que eles podem utilizar apenas um livro caixa para efetuar uma escrituração simplificada. O ponto fundamental dessa questão está no uso da informação contábil como ferramenta para a administração, por meio de Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados e outros relatórios, como importantes instrumentos gerenciais.

Conforme Padoveze (2000), a informação contábil precisa atender a dois requisitos para que tenha validade integral no processo de gestão administrativa:

- a) Sua necessidade como informação;
- b) Seu planejamento e controle.

Uma informação contábil deve ser clara,

precisa e oportuna. A informação morosa poderá perder sua validade, pois um sistema de informações contábeis precisa ser rigoroso, objetivo e dinâmico para atender as necessidades dos usuários no menor tempo possível. Portanto, a partir do momento em que o empresário rural adotar um sistema de Contabilidade Rural Gerencial ele deve estar consciente da relação custo e benefício que isso lhe proporcionará e da própria capacidade de compreender e utilizar tais recursos, o que lhe fornecerá dados confiáveis.

Crepaldi (2005) descreve a finalidade da Contabilidade Rural como a de orientar as operações agrícolas e pecuárias; medir e controlar o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva; apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e investimentos; auxiliar nas projeções de fluxos de caixas; permitir comparações à *performance* da empresa com outras; conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família; justificar a liquidez e a capacidade de pagamento junto aos credores; servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos e gerar informações para a Declaração do Imposto de Renda.

2.4 CONTROLE GERENCIAL

A tarefa de gerar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão é uma dificuldade para os produtores rurais devido à falta de dados consistentes e reais. Segundo Crepaldi (2005), para obter esses dados referentes ao movimento econômico-financeiro diário da propriedade, é preciso que o seu administrador conheça a realidade do empreendimento, por meio da classificação e organização dos dados referentes ao movimento diário das operações da propriedade, à rentabilidade da atividade produtiva e aos resultados, considerando como estes podem ser otimizados.

Outra postura a ser adotada pelo empresário rural é a de desvincular-se ao máximo da pessoa física do ponto de vista organizacional. Ele deve assumir uma postura autônoma responsável por todas as atividades que compõem a administração financeira e contábil.

Numa visão global, Padoveze (2000) postula que o gerenciamento contábil está ligado às

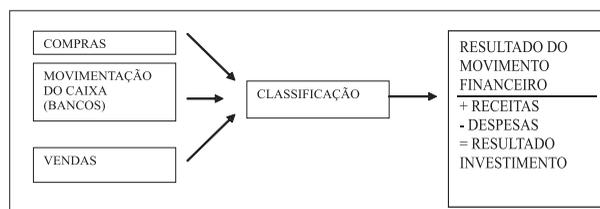
informações contábeis necessárias para o controle, o acompanhamento e o planejamento da empresa como um todo, sendo utilizados pela alta administração da companhia. A Contabilidade Gerencial está relacionada ao fornecimento de informações para os administradores. São eles que estão dentro da organização e são os responsáveis pela direção e controle de suas operações. Para Atkinson *et al.* (2000, p. 36), a Contabilidade Gerencial “é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre eventos econômicos das empresas”.

Mattos (1996) pondera sobre a importância dos componentes de um sistema contábil gerencial aplicável à atividade rural, ao enfatizar a definição da informação que se deseja e como obtê-la.

Assim, a Contabilidade Gerencial pode ser contrastada com a Contabilidade Financeira; evidenciando o fornecimento de informações aos acionistas, credores e outros usuários externos, que estão fora da organização. Existem fatores que as diferenciam, conforme pode ser observado a seguir:

- Objetivo dos relatórios;
- Forma dos relatórios;
- Frequência dos relatórios;
- Bases de mensuração usadas para quantificar os dados;
- Características da informação fornecida;
- Restrições nas informações fornecidas;
- Perspectiva dos relatórios.

Em resumo: para qualquer modelo de controle gerencial a ser empregado, seja qual for a técnica adotada, é importante saber qual o nível de detalhamento e sofisticação que o negócio requer. A definição do modelo deve ser a mais condizente possível. Uma opção é o controle baseado nas movimentações financeiras. Este não seria tão preciso, mas é simples e dinâmico, ao apurar os resultados, conforme pode ser observado na Figura 1 a seguir:



FONTE: (CREPALDI, 2005, p. 66).

Figura - Apuração de resultado pela movimentação financeira

Ressalta-se que o demonstrativo da apuração de resultados pela movimentação financeira depende de bons controles como, por exemplo, das compras e vendas de produtos e movimentação de caixa, com uma simples estruturação de um plano de contas, no qual constem contas de receitas, despesas e investimentos. O empresário rural poderá cadastrar os itens de classificação dessas movimentações e agrupar os lançamentos, o que possibilita obter os resultados.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por meio de estudo de caso elaborado com pesquisa de campo, objetivando contribuir na demonstração da importância da Contabilidade Rural para o pequeno, médio e grande produtor, vista como uma ferramenta gerencial, que permite, por meio da informação contábil, o planejamento e o controle orçamentário para a tomada de decisões. A pesquisa foi elaborada a partir de dados coletados com base nos questionários e entrevistas aplicadas aos gerentes de escritórios de contabilidade e proprietários rurais residentes em Município localizado no Estado do Paraná. Segundo Gil (2003) e Yin (2001), esse tipo de pesquisa pode ser derivado tanto de constatações e percepções - que têm como norte o desenvolvimento, esclarecimento ou modificação de conceitos e idéias - quanto de descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista que a obtenção dos dados explicativos sobre a importância da contabilidade rural ocorreu mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação estudada. Essa integração empática com o objeto de estudo possibilita, conforme Godoy (1995) e Neves (1996), uma melhor compreensão do fenômeno/variável pesquisada, visto traduzir um perfil mais completo e real dos fatos que tendem a

caracterizar a problemática analisada. Na pesquisa de campo, as informações foram obtidas via dados primários.

Foram entrevistados os gerentes de escritórios de contabilidade, que prestam serviços e assessoria contábil no Município. No total, foram ouvidos 21 (vinte e um) gerentes de escritórios, de forma que todos pudessem responder à entrevista, sendo de 25 (vinte e cinco) o número total de escritórios no referido município. Essa pesquisa, portanto, corresponde a 84% daquele universo populacional.

Demais dados foram obtidos via aplicação de questionários e entrevistas face a face com produtores rurais residentes no Município, de maneira aleatória, e desde que estivessem dispostos a responder o questionário/entrevista. Num universo de 3.200 produtores rurais existentes no município, de acordo com dados do INCRA, foram entrevistados 262 (duzentos e sessenta e dois), entre pequenos, médios e grandes produtores rurais, correspondendo, aproximadamente, a 8% daquele universo populacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 RESULTADOS REFERENTES AOS DADOS OBTIDOS JUNTO AOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS

Constatou-se que, 52,38% consideram-se escritórios de pequeno porte; 33,33% escritórios de médio porte; apenas 14,29% consideram-se escritórios de grande porte. O quadro de funcionários dos pesquisados é composto por 61,90% de escritórios que possuem de 01 a 10 funcionários; 23,81% com 11 a 20 funcionários; 14,29% que possuem entre 21 e 40 funcionários.

Verificou-se um número significativo de novos escritórios no município, ou seja, 14,29% dos escritórios entrevistados disseram atuar na área contábil entre 01 e 05 anos; 23,81% prestam serviços entre 05 e 10 anos; 19,05% atuam no município entre 10 e 15 anos; 9,52% atuam entre 15 e 20 anos e 33,33% dos entrevistados declararam atuar no município a mais de 20 anos, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Tempo de atuação dos escritórios no município

TEMPO	QUANTIDADE	%
1 a 5 anos	03	14,29
5 a 10 anos	05	23,81
10 a 15 anos	04	19,05
15 a 20 anos	02	9,52
Mais de 20 anos	07	33,33
TOTAL	21	100

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos escritórios pesquisados, 71,43%, presta assessoria na área rural, normalmente, no setor tributário ou escrituração completa. De acordo com os dados da pesquisa, constata-se que os serviços mais procurados pelos produtores rurais, nos escritórios contábeis, estão relacionados à folha de pagamento, Imposto de Renda (IR), Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

Outro fato que chama a atenção nos escritórios pesquisados é o de que apenas 44 produtores rurais do município utilizam a escrituração completa, enquanto os demais clientes usufruíram assessoria contábil por simples obrigação fiscal. Considerando-se que o município é essencialmente agrícola, percebe-se que os produtores não fazem uso da contabilidade como ferramenta para a tomada de decisões. Ainda nesse item verificou-se que 28,57% dos escritórios não prestam assessoria contábil rural e informaram não possuir profissionais especializados nessa área para prestação de tais serviços.

Nas dificuldades encontradas pelos escritórios em atender os produtores rurais, destacam-se as que seguem:

- os produtores, em geral, não são organizados com os documentos necessários e, com freqüência, ocorrem atrasos, o que dificulta a prestação dos serviços e o levantamento das informações, além de acarretar um maior acúmulo de trabalho em determinados meses do ano. Um exemplo claro para tal são os documentos necessários para a elaboração da Declaração do Imposto de Renda;
- resistência a mudanças, ou seja, em assimilar as Leis e aceitá-las; há

desconfianças em relação às informações prestadas sobre a legislação, pois os produtores não vêem o contador como um aliado, mas como alguém que lhes quer impor a legislação;

- c) o produtor rural se considera “superior”, ou seja, auto-suficiente e não reconhece os serviços profissionais do contador, o que acaba por inibi-lo ou, até mesmo, em ressalvas dos escritórios, ao prestar serviços a esses produtores;
- d) falta de interesse do produtor na adesão a essa ferramenta contábil gerencial.

Observou-se que 66,67% dos entrevistados demonstraram interesse em expandir os serviços na área de contabilidade rural, justificando suas respostas pelo fato do município deter um setor agrícola extremamente desenvolvido, ocupando a primeira colocação no Estado do Paraná na produção agropecuária e um campo ainda pouco explorado, contabilmente. Além de possibilitar novas oportunidades de renda, quando se aproveita a infra-estrutura existente. Contudo, 33,33% dos entrevistados não demonstraram interesse em expandir ou atuar nessa área contábil.

4.2 RESULTADOS REFERENTES AOS DADOS OBTIDOS JUNTO AOS PRODUTORES RURAIS

Em relação à origem do patrimônio, 31,30% dos entrevistados teve seu patrimônio oriundo de herança recebida de seus pais; outros 32,44% embora tivessem recebido parte através de herança da família, conseguiram aumentá-lo com renda oriunda do próprio patrimônio; 27,86% dos entrevistados obtiveram o seu atual patrimônio com recursos próprios oriundos de outras atividades, muitas destas ligadas à exploração da terra, realizando, assim, o sonho de possuir “um pedaço de terra” para produzir e tirar dela o sustento da família; 4,96% obtiveram a propriedade por parte de herança e também através de financiamentos; outros 1,53% tiveram acesso à terra pelo Programa de Assentamento do INCRA, não deixando de ser uma forma de financiamento, embora a longo prazo e com juros mais baixos; 1,91% dos produtores não são proprietários – possuem áreas arrendadas, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Origem do patrimônio

ORIGEM	QUANTIDADE	%
Herança	82	31,30
Parte herança e renda da propriedade	85	32,44
Recursos próprios	73	27,86
Parte herança e parte financiamento	13	4,96
Assentamento do INCRA	04	1,53
Arrendamento	05	1,91
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos produtores entrevistados: 61,83%, disseram que atuam a mais de 20 anos; 12,60% dos entrevistados atuam entre 15 e 20 anos; 11,83% atuam entre 10 e 15 anos; 9,16% disseram atuar de 05 a 10 anos e 4,58% dos produtores atuam entre 01 e 05 anos, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Tempo de atuação na agricultura

TEMPO	QUANTIDADE	%
Menos de 01 ano	00	00
> de 01 e < de 05 anos	12	4,58
> de 05 e < de 10 anos	24	9,16
> de 10 e < de 15 anos	31	11,83
> de 15 e < de 20 anos	33	12,60
Mais de 20 anos	162	61,83
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se que a maioria das propriedades, 82,06%, possui área entre 01 e 71,9 hectares, o que as caracteriza como pequenos produtores; 15,27% possuem entre 72 e 269,9 hectares, podendo ser considerados como médios produtores; 2,67% dos entrevistados possuem áreas acima de 270 hectares, sendo estes considerados grandes produtores rurais, como se observa na Tabela 4.

Tabela 4 – Tamanho das propriedades

TAMANHO	QUANTIDADE	%
01 a 71,9 hectares	215	82,06
72 a 269,9 hectares	40	15,27
Acima de 270 hectares	07	2,67
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da pesquisa

Constatou-se que 0,76% dos produtores estão na condição de solteiros, trabalhando em sua propriedade; 96,19% dos entrevistados são casados e os que estão na condição de viúvos(as) representam 3,05% dos entrevistados. 7,64% não tiveram filhos; 78,24% dos entrevistados tiveram de 1 a 3 filhos; 10,69% possuem de 4 a 6 filhos; 2,67% disseram ter entre 7 e 10 filhos e 0,76% tiveram mais de 10 filhos, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade de filhos

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Nenhum	20	7,64
De 01 a 03 filhos	205	78,24
04 a 06 filhos	28	10,69
07 a 10 filhos	07	2,67
Mais de 10 filhos	02	0,76
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da pesquisa

Na pesquisa, constatou-se que 19,91% dos entrevistados residem na área urbana do município e os demais, 80,09%, residem na propriedade rural (área rural do município). Decorrente disso, verificou-se que é de preferência das famílias entrevistadas residir no meio rural, por ser um ambiente de melhor qualidade de vida, pois o poder público (estado e município) disponibiliza transporte escolar para seus filhos. Quase a totalidade das propriedades possui energia elétrica e água tratada, além da farta quantidade de alimentos que produzem. Elas possuem moradias próprias e utilizam a mão-de-obra familiar. Com isso tem-se redução dos custos, além de acesso fácil à cidade, já que a distância da sede do município é relativamente pequena, de até 30 km.

No que concerne à escolaridade dos filhos dos entrevistados, observou-se que 46,58% destes possuem o 1º grau completo; 29,90% cursaram o 2º grau; 23,20% já concluíram o 3º grau; 0,16% cursou pós-graduação em nível de especialização; e 0,16% o doutorado, conforme se vê na Tabela 6.

Tabela 6 – Escolaridade dos filhos

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Analfabeto	00	00
1º grau	285	46,58
2º grau	183	29,90
3º grau	142	23,20
Pós – graduado – especialização	01	0,16
Doutorado	01	0,16
TOTAL	612	100

Fonte: Dados da pesquisa

A faixa etária dos entrevistados apresentou os seguintes dados: 2,29% possuem de 20 a 30 anos; 23,67% de 31 a 40 anos; 33,97% de 41 a 50 anos; 25,57% entre 51 e 60 anos; 11,83% possuem de 61 a 70 anos e 2,67% têm mais de 70 anos. No entanto, a média de idade dos produtores é de 48 anos. Deve-se ressaltar que apenas 5,73% desses proprietários são do sexo feminino e os demais, 94,27%, são do sexo masculino.

Considerando esses dados e reavaliando as informações referentes à origem do patrimônio (Tabela 2), nota-se a questão da cultura dos moradores que, quando do casamento, dos filhos, o filho homem recebia uma “colônia de terra” - área equivalente a 25 hectares - e a filha “o enxoval”, que consistia em utensílios domésticos para a mobília da casa.

A escolaridade dos entrevistados apresentou os seguintes resultados: 0,38% deles é analfabeto; 72,14% cursaram o 1º grau; 22,52% possuem o 2º grau e 4,96% concluíram o 3º grau. Ao comparar a escolaridade dos filhos em relação aos pais, constatou-se um aumento significativo, principalmente em virtude da facilidade do acesso dos filhos à escola, com transporte gratuito cedido pela prefeitura e governo estadual aos estudantes até a conclusão do 2º grau.

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos produtores rurais entrevistados são as culturas da soja, do milho e do trigo, sendo que o cultivo da soja é praticado em 88,55% das propriedades, seguido pela cultura do milho, com 85,50%, e o trigo com 38,55%. A cultura da aveia aparece em 7,25% das propriedades; o cultivo de hortaliças em 0,38%; a fruticultura em 0,76%; a erva-mate em 0,38%; o feno em 0,38%; a cana-de-açúcar em 0,38%; a mandioca em 1,53%; o fumo em

0,38%; 0,79% cultiva o feijão e o tritcale é cultivado em 0,38% das propriedades rurais.

Por outro lado, além do cultivo da terra, os produtores rurais possuem atividades agropecuárias diversificadas, ou seja, 52,57% dos entrevistados dedicam-se à atividade leiteira; 37,79% à suinocultura; 18,32% à avicultura; 9,54% à piscicultura; 2,29% à pecuária; 0,76% à produção de mel; 0,38% à produção de ovos; 0,38% produz queijo; 0,38% empenha-se na produção de rãs. O pesque-pague está presente em 0,38% das propriedades pesquisadas.

Os dados acima apresentados comprovam a pluriatividade nas propriedades rurais do município, o que tem gerado maior estabilidade na renda do trabalhador rural. Nesse contexto, os dados da pesquisa reforçam o estudo realizado por Grossi, Souza e Silva *in* Cunha, Shikida e Rocha Junior (2002), no qual a pluriatividade resulta da consequência dos esforços de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais, que se abrem e não podem ser considerados como partes de um processo de proletarianização.

Constatou-se que, a maioria dos produtores, 53,05%, apresenta um faturamento anual até R\$ 50.000,00, o que evidencia, as características do pequeno produtor. Os dados referentes ao faturamento bruto anual das propriedades podem ser observados na Tabela 7.

Tabela 7 – Faturamento bruto médio anual

FATURAMENTO	QUANTIDADE	%
Menos de R\$ 3.600,00	03	1,14
> de R\$ 3.600,00 e < de 6.000,00	04	1,52
> de R\$ 6.000,00 e < de 10.000,00	15	5,73
> de R\$ 10.000,00 e < de 20.000,00	40	15,27
> de R\$ 20.000,00 e < de 50.000,00	77	29,39
> de R\$ 50.000,00 e < de 100.000,00	56	21,37
> de R\$ 100.000,00 e < de 150.000,00	30	11,45
> de R\$ 150.000,00 e < de 200.000,00	09	3,44
> de R\$ 200.000,00 e < de 400.000,00	18	6,87
Mais de 400.000,00	10	3,82
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os produtores, questionados sobre a elaboração de um planejamento para diversificação de culturas, assim se posicionaram: 54,58% dos entrevistados responderam que elaboram

planejamento para diversificar suas atividades agrícolas. Os mesmos demonstraram ter consciência da necessidade da diversificação, principalmente por insegurança, ao se vincularem a uma única cultura que, com uma frustração de safra – como a que ocorreu na atual safra (2004/2005) – demandaria grandes dificuldades caso não houvesse planejamento.

Nesse sentido, os dados vêm a confirmar o que Grossi, Souza e Silva *in* Cunha, Shikida e Rocha Junior (2002, p. 99) afirmam: “o Novo Rural no Paraná não é somente percebido pelo avanço de terceirização das tarefas agropecuárias. Novas atividades estão invadindo campos, muitas vezes nem tão, novas, mas recriadas como objeto de valorização dos capitais.”

Entretanto, 45,42% dos produtores disseram que não planejam para diversificar ou para aumentar o grau de diversificação pelo fato de já possuírem tal grau e/ou por não considerá-lo viável, tendo em vista o porte das propriedades - muito pequenas - e por não disporem de condições financeiras para investimentos em novas culturas.

Os motivos que leva os produtores rurais a diversificar suas culturas, em ordem de importância, são: a) obter maior rentabilidade; b) preservação do solo; c) utilização da infra-estrutura existente; d) maximização do uso da mão-de-obra; e) linhas de financiamento.

Averiguou-se que 37,79% dos produtores têm os controles e as informações de seu negócio simplesmente guardados em sua memória, ou seja, não anotam os fatos e nem os atos, confirmando as dificuldades encontradas pelos escritórios contábeis para efetuar os registros; 49,62% dos entrevistados registram em cadernos as suas despesas, contas e receitas, não se preocupando com a organização da documentação desses fatos; 9,16% dos produtores entrevistados responderam que executam os controles de suas receitas e despesas através de planilhas eletrônicas do *Excel*; 0,38% dos entrevistados efetuam controles através de fichas e 3,05% dos entrevistados disseram possuir um sistema de controle informatizado e utilizam as informações para a tomada de decisões.

Por outro lado, constatou-se que 42,37% dos entrevistados possuem microcomputadores, porém, segundo suas respostas, estes são utilizados pelos filhos, em seus estudos (trabalhos escolares) e não para o auxílio nos controles da

atividade rural.

5,34% dos entrevistados já possuem algum tipo de assessoria contábil por meio de contador próprio; 49,24% dos entrevistados recebem assessoria prestada por escritórios de contabilidade; 25,57% dos entrevistados utilizam assessoria contábil do Sindicato Rural; 19,85% dos entrevistados responderam que não necessitam de assessoria contábil, por tratar-se de uma pequena propriedade cujo faturamento se encontra isento de pagamento de tributos. Essas percentagens indicam que 80,15% de produtores que já recebem, pelo menos, um tipo de assessoria contábil. Segundo as evidências citadas anteriormente por Crepaldi (2005), uma das ferramentas menos utilizadas pelos produtores é, sem dúvida, a Contabilidade Rural, vista como uma técnica complexa, com baixo retorno na prática.

Verificou-se que, para 80,15% dos entrevistados, a finalidade da assessoria contábil, é para fins tributários, dados que confirmam as dificuldades manifestadas pelos escritórios de contabilidade em relação à prestação de serviços aos produtores rurais “que, na maioria das vezes, é para serviços de declaração de Imposto de Renda, elaboração de folhas de pagamentos, ITR e CCIR”, conforme constatado nas entrevistas realizadas, com os contadores, anteriormente explanado.

Desses, 10,30% responderam dispor de assessoria tanto para fins tributários quanto para contabilidade. Em virtude dessa escrita contábil, os produtores disseram obter os seguintes benefícios: a) sistema de custo integrado à contabilidade; b) maior controle dos custos de produção; c) informações precisas para a tomada de decisões; d) possibilidades de redução dos custos; e) possibilidade de planejamento com base na lucratividade; f) maior organização nas atividades.

Entretanto, faz-se necessário uma ressalva nesse ponto: os produtores entrevistados afirmam que, além do planejamento, a lucratividade depende, também, de uma boa safra. Nesse caso, depende-se do clima-tempo para se ter uma boa colheita. Isso vem ao encontro do que expõe Valle (1987) acerca dos aspectos especiais de uma organização agrária no momento de sua constituição e, posteriormente, de eles serem mais limitados que os dos outros organismos produtivos, pois dependem de causas objetivas (condições pedológicas e climáticas) e subjetivas (a índole rural, conservadora e pouco propensa a inovações).

Os produtores disseram, também, não estarem satisfeitos com a assessoria contábil recebida, a qual deixa a desejar.

Deve-se, ainda, ressaltar que os entrevistados que não possuem assessoria contábil - 235 produtores - 22,98% têm interesse em adotá-la, porque acreditam no benefício que a assessoria pode proporcionar: maior controle dos custos, melhor planejamento e gerenciamento das atividades, auxiliando na tomada de decisões, além de diagnosticar a lucratividade por atividade. 77,02% dos entrevistados disseram não ter interesse, afirmando que a assessoria contábil não é necessária, pois as propriedades são pequenas, a renda é pouca e caso a adotassem só aumentariam os seus custos.

Embora a pesquisa tenha constatado insatisfação com relação à rentabilidade da atividade agrícola de alguns entrevistados, verificou-se, também, segundo dados fornecidos pelos mesmos, que houve um aumento do patrimônio, o qual ocorreu por meio da renda gerada na própria atividade, nos financiamentos e na diversificação de culturas. Os entrevistados declararam que, para diversificar as culturas, tiveram que optar por financiamentos, porém foi graças à diversificação que conseguiram manterem-se na atividade. Alguns proprietários, que não optaram pela diversificação de atividades, tiveram uma redução no patrimônio.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho, de natureza exploratória, teve por objetivo contribuir para a demonstração da importância da Contabilidade Rural para o pequeno, médio e grande produtor rural, entendida como uma ferramenta gerencial, a qual possibilita, por meio da informação contábil, a elaboração do planejamento e controle orçamentário para a tomada de decisões. Desenvolveu-se esta pesquisa, a partir de dados obtidos, via aplicação de questionários/entrevistas a gerentes de escritórios de contabilidade e proprietários rurais residentes no município em estudo. A questão-chave definida inicialmente para esta pesquisa foi a seguinte: a contabilidade gerencial pode subsidiar os empresários rurais com informações que possibilitem a melhoria da gestão na atividade, otimizando os resultados, que objetivam o crescimento do patrimônio?

Assim, conclui-se que os conceitos

estudados e os dados coletados por meio de questionários evidenciam a resposta à questão em discussão, visto que 10,30% dos proprietários rurais entrevistados responderam que utilizam a assessoria tanto para fins tributários quanto para a contabilidade.

Os entrevistados destacaram benefícios como: sistema de custos integrado, controle dos custos de produção, informações precisas para a tomada de decisões, possibilidade de planejamento com base na lucratividade e maior organização nas atividades. As informações geradas pela contabilidade propiciam subsídios para que os gestores possam analisar a rentabilidade e a competitividade dos produtos elaborados e tomar decisões acerca dos seus negócios.

Conclui-se também, que os escritórios de contabilidade ainda encontram resistências pelos agricultores em adotar a contabilidade para gerir, controlar e planejar o seu negócio. A contabilidade ainda é vista pelos empresários rurais como uma imposição dos contadores e não como uma ferramenta gerencial para auxiliar os gestores. Estes demonstraram não confiarem nos serviços contábeis, além de terem medo do fisco, uma vez que a fiscalização está crescendo a cada dia naquela área. Outro aspecto diz respeito à qualificação profissional dos contadores, que ainda apresenta deficiências no âmbito agropecuário.

Sumarizando, destaca-se que a contabilidade deve assegurar o produtor rural, o qual, por meio dessa ferramenta, possa planejar um orçamento e ter um maior controle do resultado de suas atividades, além de orientar-se na gestão do patrimônio familiar, buscando a continuidade e a manutenção da atividade com resultados promissores, tendo em vista que estes serão legados aos seus sucessores: importante aspecto social que gera renda, agrega valor na atividade e possibilita qualidade de vida.

Diante do exposto, conclui-se que a contabilidade rural ainda é um campo a ser explorado, principalmente pelos contadores, visto que esta pesquisa também permite concluir que ainda faltam profissionais qualificados nessa área. A pesquisa evidencia, também, um mercado existente com perspectivas de crescimento, uma vez que já há um percentual significativo de empresários rurais que utilizam essa ferramenta para o gerenciamento de suas atividades. Os avanços tecnológicos e a acirrada competitividade também são fatores que

contribuem para o crescimento e a necessidade da utilização de ferramentas que propiciam melhoria na gestão da atividade rural.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, 2002, disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm> Acesso em 10 fev 2006.

_____, Decreto Lei 1.110, de 9 de junho de 1970. **Institui o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Brasília, 1970, disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/legislacao/decl/1110.htm> acesso em 18 fev 2006.

CALDERELLI, Antonio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**; coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexografia, Margarida dos Anjos...[et al.]. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo: v.35, n. 4, p. 65-71, Jul/Ago. 1995.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SOUZA, Marcelino de; SILVA, José Graziano da. O novo rural paranaense In; CUNHA, Marina Silva da; SCHIKIDA, Pery Francisco Assis; ROCHA JUNIOR, Weimar Freire da. (Org.). **Agronegócio Paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HERMANN JUNIOR, Frederico, **Contabilidade superior: teoria econômica da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural:**

contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, Imposto de Renda, Pessoa Jurídica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**: inclui o ABC. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, Zilda Paes de Barros. **Contabilidade financeira rural**. São Paulo: Atlas, 1999.

NEPOMUCENO, Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: IOB – Thomson, 2004.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa, características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v.1, n.3. 2º semestre, 1996.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PROCÓPIO, Adriana Maria. Organização contábil-administrativa dos produtores rurais na região de Ribeirão Preto. *In*: MARION, José Carlos (Coordenador). **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas, p. 19-29, 1996.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural**. 2. ed. Brasília: INSS / SENAR, 2003.

VALLE, Francisco. **Manual da contabilidade agrária**: a produção agrária, a administração da empresa agrária, a contabilidade agrária, 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.